

Atila Rosária Silva Ferreira

Os reflexos do empoderamento na trajetória de mobilização social: os desafios à consolidação do Projeto *Mulheres da Paz* no Município de Santa Luiza-MG

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Simone Maria dos Santos

Belo Horizonte
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desse trabalho. Em especial agradeço:

Ao meu bom Deus, que mais uma vez me deu força, sabedoria e persistência, e me livrou de todos os perigos, permitindo assim que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, Preta e Eurípedes, que jamais mediram esforços para que eu pudesse alcançar meus sonhos; que comigo sofreram as dificuldades para conclusão desse curso, e que comigo também se alegram por mais essa conquista.

À minha querida irmã Álida, minha eterna incentivadora e meu baú de soluções.

Ao meu amor Thiago, por ter estado comigo em todos os momentos dessa trajetória, a cada noite de estudos, a cada linha escrita deste trabalho.

À professora Simone Santos, por ter me conduzido de maneira tão serena na elaboração desse trabalho.

Às Mulheres da Paz de Santa Luzia, por seus exemplos de coragem e compaixão, e também pela maneira carinhosa com que me receberam em suas casas, permitindo que esse trabalho se concretizasse.

Aos colegas do curso de especialização pelo companheirismo e a toda equipe do Centro de Estudos de Criminalidade, em especial à Danielle, pela maneira paciente e atenciosa com que nos auxiliou ao longo dessa jornada.

À Secretaria Nacional de Segurança Pública, pela oportunidade de mais esse aprendizado.

Se a gente não pensar que quer sempre mais, fatalmente teremos sempre menos. O homem só fracassa quando desiste de tentar. Todos os dias me levanto para vencer.

Aristóteles Onassis

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de análise as mulheres capacitadas pelo Projeto Mulheres da Paz, no Município de Santa Luzia/MG, onde o mesmo foi implementado entre os anos de 2010 e 2011. Objetivou-se verificar em que medida o empoderamento promovido pelo projeto foi capaz de desencadear uma trajetória de mobilização social nas mulheres, após o encerramento deste. Foram utilizados arquivos de entrevistas realizadas com um grupo de mulheres, ainda durante a execução do projeto, em 2010, a partir das quais foi possível caracterizar os laços de empoderamento pessoal, grupal e político conquistado pelas mulheres no decorrer do projeto. Parte desse grupo foi novamente entrevistado e as entrevistas foram utilizadas para identificar as trajetórias de mobilização seguidas por essas mulheres. Os resultados demonstraram que, não obstante o avanço nas condições psicossociais das mulheres, os entraves materiais e políticos, decorrentes principalmente da fragilidade das estruturas de proteção social do município e, a falta de apoio institucional, além de terem se colocado como obstáculo para uma parcela das entrevistadas, têm dificultado também a atuação daquelas que seguiram uma trajetória de mobilização social.

Palavras-chave: empoderamento, mobilização social, mulheres.

ABSTRACT

This work has as object of analysis the women trained by the Project *Mulheres da Paz* in Santa Luzia/MG, where it was implemented between 2010 and 2011. The objective was to verify to what extent empowerment promoted by the project was able to trigger a trajectory of social mobilization in women, after the end of it. Interviews files, made during the execution of the project in 2010, with a group of women, were used and from these it was possible to characterize the bonds of personal, group and political empowerment achieved by women in the project. Part of this group was interviewed again and interviews were used to identify the mobilization paths followed by these women. The results showed that, despite the advances in psychosocial conditions of women, material and political obstacles, mainly due to the weakness of social protection structures of the city and the lack of institutional, in addition to having placed themselves as an obstacle for a portion of the interviewees, have also hindered the work of those who followed a course of social mobilization.

Keywords: empowerment, social mobilization, women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MP	Mulheres da Paz
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO	Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	PROJETO MULHERES DA PAZ	12
2.1	As mulheres da Paz em Santa Luzia/MG	13
3	A AÇÃO COLETIVA NO CURSO DA SOCIOLOGIA	18
3.1	O advento das ciências da sociedade	18
3.2	A organização da sociedade por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx	19
3.3	As perspectivas para a ação coletiva no pós-guerra.....	24
4	TRAÇANDO O CAMINHO PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL	31
4.1	Resgatando o tecido social através do Capital Social	31
4.2	Fortalecendo o sujeito via empoderamento	36
5	METODOLOGIA	40
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
6.1	Caracterização dos traços de empoderamento	45
6.2	Identificação das trajetórias de mobilização	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O aumento das taxas de violência verificado nos últimos anos tem conferido à temática da segurança pública grande notoriedade nas agendas política e social¹. A despeito do histórico de protagonismo do Estado nas políticas e ações, o cenário atual tem requerido a formulação de propostas inovadoras, que reconheçam a importância dos espaços da vida cotidiana e superem o papel de mero destinatário conferido às comunidades locais, recolocando-as como protagonistas dos processos de mudança.

Nesse sentido, iniciativas que buscam fomentar a experiência coletiva para resolução de problemas locais têm se consolidado como vias prósperas e potenciais agentes de transformação. A exemplo disso, o Governo Federal instituiu em 2007, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o projeto Mulheres da Paz, com vistas à capacitação de mulheres como mediadoras sociais em suas comunidades, para atuação entre jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei (BRASIL, 2007).

Amparado na ideia do empoderamento, o modelo do projeto alinhou-se à concepção de uma política pública que ressalta a importância de se começar a transformação a partir do indivíduo, rompendo com as perspectivas estruturalistas, e convergindo para o foco do protagonismo como elo de conexão entre os níveis micro e macrossociais (SORJ E GOMES, 2011).

Duas pesquisas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e publicadas no Caderno nº 4, da coleção Pensando a Segurança Pública, do ano de 2014, despertaram para uma reflexão acerca dos reflexos desse empoderamento na trajetória de mobilização social das mulheres capacitadas após o encerramento das atividades do projeto.

O primeiro estudo, intitulado “*Projetos Proteção e Mulheres da Paz: a percepção dos*

¹ WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO. 189p.

participantes em Minas Gerais e Rio de Janeiro”, teve como propósito avaliar a percepção dos participantes sobre a implementação das iniciativas dos projetos nos municípios mineiros de Santa Luzia e Contagem, além do Complexo da Maré no Município do Rio de Janeiro (SILVEIRA *et al*, 2014).

O segundo, intitulado “*Protejo e Mulheres da Paz: experiência de ação preventiva na segurança pública*” objetivou identificar a contribuição desses projetos no combate à violência e na consolidação dos Territórios de Paz. O estudo teve como território de análise os municípios de Recife (PE) e Camaçari (PE), bem como, o Município de Sobral (CE), onde apenas o Projeto Protejo foi analisado (FROTA *et al*, 2014).

A primeira pesquisa, conduzida por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, destacou que, não obstante os diversos problemas detectados na implementação dos projetos, bem como, a impossibilidade de mensurar possíveis alterações decorrentes no cenário de violência e criminalidade a partir destes, o empoderamento das mulheres participantes, visto a partir da oportunidade à socialização e à aquisição de conhecimento, destacou-se na avaliação especificamente do projeto Mulheres da Paz (SILVEIRA *et al*, 2014).

Os pesquisadores do Ceará, por sua vez, buscaram delinear os resultados atingidos pelos projetos. A pesquisa apontou poucos indicativos de grandes transformações no território, porém, ressaltou as mudanças positivas para as participantes do ponto de vista individual. Essas mudanças, no entanto, na avaliação das entrevistadas, não descortinaram um cenário promissor ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades adquiridos com o projeto, após o término deste (FROTA *et al*, 2014).

A partir dessas conclusões, mostrou-se relevante verificar “em que medida o empoderamento promovido pelo projeto Mulheres da Paz foi capaz de desencadear uma trajetória de mobilização social nas mulheres capacitadas pelo projeto, após o encerramento das atividades?”.

Para orientar a pesquisa, traçou-se como objetivo geral analisar os reflexos do empoderamento na trajetória de mobilização social das mulheres capacitadas pelo projeto Mulheres da Paz no Município de Santa Luzia/MG. A escolha pelo Município

de Santa Luzia decorreu da disponibilidade de dados de pesquisas anteriores realizadas no município à época de implementação do projeto. Esse motivo tornou a pesquisa igualmente viável na medida em que estudos anteriores já se ocuparam dos levantamentos preliminares acerca da implementação do projeto, servindo de referência para a compreensão das atividades desenvolvidas, cujos reflexos pretende-se analisar.

Para concretização do objetivo delineado pela pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar os traços de empoderamento obtidos pelas mulheres com a participação no projeto.
- b) Identificar as trajetórias de mobilização social das mulheres capacitadas pelo projeto, após o encerramento das atividades deste.

A hipótese a ser testada é a de que, embora se verifiquem avanços nas condições psicossociais das mulheres, conquistados pelas iniciativas de empoderamento, os esforços empreendidos pelo projeto não foram suficientes para que se desenvolvessem as condições materiais e políticas necessárias à mobilização social.

Para tornar possíveis os testes de falseamento da hipótese (MARCONI E LAKATOS, 2010), dois conceitos se colocam como fundamentais para a investigação que se pretende: mobilização social e empoderamento. As discussões sobre mobilização social serão alicerçadas nas teorias da ação coletiva buscando justificar as bases pelas quais um indivíduo passa a agir em prol de um bem coletivo. A temática do empoderamento irá se basear na tríade do empoderamento formulada por Fridemann (1996), cuja análise se fundamenta nos níveis psicológico, social e político. Subsidiariamente, será associada à temática do capital social, enquanto contexto apropriado para a mobilização.

O texto encontra-se organizado em sete seções, consideradas a partir da introdução. Feitas as considerações introdutórias, a segunda seção se destina à

contextualização do Projeto Mulheres da Paz nos seus termos legais e no que tange ao seu desenvolvimento no Município de Santa Luzia/MG.

A terceira seção se propõe a apresentar um panorama da evolução das teorias da ação coletiva, com ênfase nas correntes teóricas que surgiram a partir da década de 70. O estudo dos movimentos sociais, apesar de se mostrar um campo mais amplo do que o pretendido por esse estudo, forneceu a orientação teórica e metodológica para compreender o desenvolvimento da ação social, bem como da ação individual. A partir de tais discussões, a quarta seção explorará os conceitos de capital social e empoderamento, enquanto contexto e elemento subsidiários a uma prática de mobilização social.

A quinta seção é reservada à metodologia de pesquisa com a apresentação dos métodos de abordagem e de procedimento, o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas e, por fim, a metodologia de delimitação do universo e amostras a serem trabalhadas.

A sexta seção destina-se à apresentação e a análise dos dados obtidos através das entrevistas, subsidiada pela revisão bibliográfica. Por fim, a sétima seção volta-se às considerações finais da pesquisa e sugestões para aprimoramento do projeto, a partir das constatações feitas.

2 PROJETO MULHERES DA PAZ

O projeto Mulheres da Paz é uma iniciativa do Ministério da Justiça, instituída pela Lei nº 11.530/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.490/2008, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Com vistas à melhoria da segurança pública, o Pronasci prevê a articulação dos órgãos federais, Estados e Municípios, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social (BRASIL, 2007).

O programa tem sua atuação voltada a quatro focos. O foco etário refere-se à população juvenil de 15 a 24 anos. O foco social compreende jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas de criminalidade e mulheres em situação de violência. O foco repressivo diz respeito ao combate ao crime organizado. E, por fim, o foco territorial refere-se às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos.

Entre os projetos e ações integrantes do Pronasci, o projeto Mulheres da Paz foi instituído com fins de capacitar mulheres atuantes nas comunidades abrangidas pelo Pronasci, para atuarem como mediadoras nos processos de mobilização social e de articulação com jovens e adolescentes, em especial, àqueles integrantes do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO)².

Inicialmente, segundo Santos e Silveira (2015), o projeto fundou-se na possibilidade de institucionalizar os movimentos de mães, atraindo-os para “encorpar” os esforços governamentais contra a criminalidade. Entretanto, a intervenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) fez alterar o perfil de imagem e papel de mães cuidadoras e incorporou o argumento do empoderamento das mulheres. A SPM pressionou ainda para incorporar a participação dos homens como operadores locais sugerindo que o projeto deveria chamar-se “Lideranças da Paz”; contudo,

² O projeto PROTEJO é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci (BRASIL, 2007).

este ajuste não foi incorporado ao projeto final, que ganhou o título de “Mulheres da Paz” (SORJ E GOMES, 2011).

Além do foco na mobilização social, o projeto tinha como foco a afirmação da cidadania, com vistas à emancipação das mulheres e a prevenção à violência doméstica, tornando as mulheres capazes de atuarem no encaminhamento dos jovens e suas famílias à rede de proteção social, e assim, responder de modo consistente e permanente às demandas destes por apoio psicológico, jurídico e social (BRASIL, 2007).

2.1 As mulheres da paz em Santa Luzia/MG

Em Minas Gerais, Santa Luzia foi o primeiro município a implantar e executar o Projeto Mulheres da Paz. O convênio nº 627552, firmado em 02/07/2008 entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a Prefeitura, tinha como objeto a seleção e capacitação de mulheres para atuação nas comunidades que constituíssem as áreas conflagradas do foco territorial, visando à construção e o fortalecimento de redes sociais de prevenção, com foco nos jovens e adolescentes expostos à violência doméstica e/ou urbana.

Depois de solicitada e aprovada a prorrogação do prazo, o projeto foi executado durante os anos de 2010 e 2011, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), com um orçamento de R\$ 271.309,87. A implementação das atividades ficou a cargo do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais, contratado pela Secretaria para conduzir o processo de capacitação, bem como, organizar a equipe multiprofissional responsável por fornecer o apoio técnico, suporte e orientação às Mulheres da Paz (MP).

Quando do início das atividades do projeto, o Município de Santa Luzia contava com uma população de 202.942 habitantes, segundo dados do IBGE³. Naquele mesmo

³ IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315780&search=minas-gerais|santa-luzia>.

ano, o PNUD mediu seu IDH-M em 0,715⁴, o que o colocava na 150ª posição entre os municípios mineiros. Apesar do índice de desenvolvimento humano considerado alto, 2,12% de sua população viviam em extrema pobreza, e 7,99% eram consideradas pobres⁵. A taxa de crimes violentos⁶ no município foi de 297,6 no ano de 2010, acima do registrado para o Estado de 284,8⁷.

Cinco bairros foram selecionados para participar do projeto: Baronesa, Industrial Americano, Palmital, São Benedito e São Cosme. Inicialmente, 133 mulheres se inscreveram para o projeto e submeteram-se a uma seleção em duas etapas, constando a primeira de redação e dinâmica de grupo; e a segunda, de análise de currículo.

Ao final, 81 mulheres foram selecionadas, sendo 17 moradoras do bairro Baronesa, 03 do Industrial Americano, 22 do Palmital, 28 do São Benedito e 11 do São Cosme. Elas passaram por uma capacitação de 150 horas, que incluía o conteúdo: Ações do Pronasci; Criança/ Adolescente e Conselho Tutelar; Direito Penal; Direitos Humanos e Homofobia; Família e Abordagem Familiar; História da Cidade e do Bairro; Gênero, Identidade, Classe e “Cor/Raça”; Introdução ao Direito; Juventude e Criminalidade; Juventude e Tráfico de Drogas; Lei Maria da Penha; Núcleo de Prevenção à Criminalidade; Policiamento Comunitário; Política Nacional de Assistência Social a Portadores de Sofrimento Mental, Necessidade Especiais e Idosos; Sistema Judiciário; Tipos de Violência; Jovens e o Envolvimento com Álcool e Drogas; além de visitas às organizações integrantes da Rede de Proteção Social do Município.

Do total de mulheres selecionadas e capacitadas, 74, efetivamente, atuaram nas comunidades, enquanto as outras 07 mulheres compuseram o quadro de reserva técnica. As 74 selecionadas foram contempladas com uma bolsa mensal no valor de

⁴ PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010. Disponível em atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/

⁵ A PNUD considera a linha da extrema pobreza famílias com renda inferior a R\$77,00 per capita por mês, e pobres, aquelas com renda inferior a R\$140,00 per capita por mês.

⁶ São considerados crimes violentos os crimes de homicídio consumado, homicídio tentado, roubo consumado, estupro consumado, estupro tentado, extorsão mediante sequestro, sequestro e cárcere privado. Fonte: Portal SEDS. / Taxas consideradas para grupo de 100.000 habitantes.

⁷ Fonte: MINAS GERAIS. Informativo dos índices de criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012. SEDS/CINDS. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/estatisticas/informativo_criminalidade_2012.pdf

190 reais, para 12 horas semanais de trabalho, durante a vigência do convênio.

Segundo Santos e Silveira (2015), em um primeiro momento, o trabalho das MP consistiu na visita domiciliar as famílias de jovens integrantes do Protejo e do ProJovem Urbano⁸. Posteriormente, a partir do conhecimento que já tinham da comunidade, ou a partir da procura espontânea oriunda da comunidade, as MP visitavam as famílias de outros/as jovens, encaminhando as demandas à rede de proteção.

Em geral, esses encaminhamentos eram intermediados pela equipe multiprofissional do projeto, a quem as MP apresentavam as demandas e problemas enfrentados nas atividades de campo. Essa equipe, por sua vez, tinha que lidar com as fragilidades e as lacunas dos serviços agregados à rede de proteção no município.

De acordo com Santos e Silveira (2015), a atuação dessas mulheres estava orientada para as seguintes ações:

- 1) construir e fortalecer as redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem os/as adolescentes;
- 2) fortalecer as práticas políticas e socioculturais de prevenção à violência já desenvolvidas nas comunidades;
- 3) atuar como mediadoras sociais divulgando e implementando ações de prevenção e redução das violências;
- 4) promover palestras, grupos, oficinas e trocas de experiências para a implementação de ações;
- 5) orientar práticas de direitos humanos, de proteção da vida;
- 6) estimular a cultura da paz;
- 7) acompanhar os/as adolescentes ao longo de seu percurso social formativo e, por fim;
- 8) identificar e encaminhar as demandas por serviços desses/as jovens para a rede de proteção social.

⁸ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) é uma iniciativa do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Educação, que visa elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saiba ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando a conclusão desta etapa, conforme previsto no art. 81 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

A percepção dos participantes sobre a implementação das ações do projeto no Município de Santa Luzia, foi foco de avaliação por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). A pesquisa, intitulada “*Projetos Protejo e Mulheres da Paz: a percepção dos participantes em Minas Gerais e Rio de Janeiro*” avaliou ainda o Projeto Mulheres da Paz no Município de Contagem/MG e o Projeto Protejo no Complexo da Maré no Rio de Janeiro/RJ.

Notadamente quanto ao Projeto Mulheres da Paz, os gestores do projeto apontaram como fatores negativos da implementação, a defasagem entre o valor disponibilizado para a execução do projeto e o valor real dos custos, e, por conseguinte, a precariedade dos contratos de trabalho (dificuldades para custeio de lanche e transporte, baixos valores pagos aos técnicos, contratação por jornada de trabalho inferior), bem como, a falta de infraestrutura para abrigar o trabalho dos gestores. Além disso, a falta de divulgação do projeto entre as secretarias municipais e a falta de entendimento entre os gestores do projeto e a prefeitura quanto à importância do trabalho intersetorial, fizeram com que o plano de trabalho não fosse desenvolvido de forma conjunta e participativa.

Como positivo, os gestores destacaram a qualificação alcançada com as MP, o que resultou em Santa Luzia no registro e encaminhamento de 96 demandas, das quais 78% foram resolvidas pela rede de proteção.

Os jovens também foram consultados quanto as suas percepções sobre o projeto. Apesar de reconhecerem a capacidade das mulheres em identificar demandas e realizar encaminhamentos adequados, os jovens pontuaram que a escassez de recursos e o excesso de burocracia da rede de proteção representaram barreiras ao encaminhamento para programas de qualificação profissional e emprego. Ao final, na opinião dos jovens assistidos pelas MP, o projeto não teve impactos na violência local ou na trajetória de vida dos mesmos.

Na perspectiva das mulheres, as principais dificuldades no processo de implementação do projeto foram identificadas na falta de apoio da prefeitura às demandas, na precariedade da rede de proteção e na falta de continuidade do

projeto. A falta de apoio, especificamente, é apontada como causa para a dificuldade em estabelecer uma relação de confiança com as famílias atendidas.

Por outro lado, elas destacaram os ganhos conquistados com o volume e a qualidade das informações adquiridas a partir dos cursos e das visitas às instituições locais. Para as mulheres, as comunidades ganharam em termos de aumento do nível de informação sobre os serviços existentes no município, não obstante a precariedade destes. No nível individual, foram destacados aspectos como autocontrole, empoderamento e sentimentos positivos em relação ao próximo.

Os resultados demonstram que, não obstante os diversos entraves estruturais que se impuseram ao longo do projeto, há um reconhecimento geral da atuação das mulheres como mediadoras sociais em suas comunidades enquanto este esteve vigente. A questão que se impõe é de que maneira a capacitação e a experiência adquiridas com a participação no projeto, impeliram as mulheres, uma vez empoderadas, a ampliar seu espaço de atuação nas comunidades após o encerramento das atividades.

Compreender esse contexto requer primeiramente uma reflexão acerca dos aspectos que levam o indivíduo a se mobilizar no seio de uma comunidade. Em segundo plano, considerando que o projeto se sustentou sob a ótica do empoderamento, faz-se necessário também, conceituar o alcance prático dessa estratégia sobre as mulheres, capaz de sustentar as ações em sua trajetória de vida.

3 A AÇÃO COLETIVA NO CURSO DA SOCIOLOGIA

Não seria possível enveredar nas discussões sobre a dinâmica da vida em sociedade nos dias de hoje, e de maneira mais específica, no entendimento de como os indivíduos se relacionam e negociam ações em conjunto, sem recorrer inicialmente às ideias dos fundadores da sociologia.

Assim sendo, cabe pontuar, de forma sintética, as perspectivas teóricas de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, com vistas a subsidiar o entendimento acerca das teorias da ação coletiva que se desenvolveram, principalmente, a partir da década de 70, quando três importantes correntes teóricas se colocaram para analisar a nova conjuntura das mobilizações que se desenhava ao redor do mundo a partir de então.

Cumprе salientar nesse ponto, que, se num primeiro momento, a análise dos movimentos sociais parece extrapolar os limites desse trabalho, o qual visa analisar os imperativos sobre a ação individual com vistas ao coletivo, Alberto Melucci, cujos trabalhos sobre movimentos sociais tornaram-se referência dentro da corrente dos Novos Movimentos Sociais, deixa claro que essa análise “oferece uma chave teórica e metodológica que pode ser ampliada para além do campo empírico das ações coletivas”. Os movimentos sociais, segundo ele, “ajudam a entender a criação da ação social, bem como da ação individual, e levam à exploração de novas possibilidades” (MELUCCI, 1992 *apud* GOHN, 2007, p. 157).

3.1 O advento das ciências da sociedade

O século XVIII, também chamado o Século das Luzes, celebrando a razão, viu surgir as primeiras teorias com enfoques que formalizavam a constituição da sociedade como produto da ação humana. A partir de então, suplantando a referência a um princípio divino, o indivíduo passou a se afirmar como sujeito autônomo, capaz de moldar a própria história (LALLEMENT, 2012a).

As ideias iluministas fundamentaram-se na crença sobre o poder da razão humana.

O homem, segundo Melo e Donato (2011, p. 252), “creía ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso”. Entretanto, ao exacerbar a concepção do homem como um ser abstrato, separado de todo vínculo social, o Século das Luzes falhou, não obstante ter representado um marco de inflexão na história das ideias (LALLEMENT, 2012a).

A segunda metade do século XIX viu florescer inúmeras descobertas científicas, não somente nas ciências humanas, onde podemos citar as ideias de Sigmund Freud (1856-1939), mas também nas ciências físicas e biológicas, dentre as quais está o trabalho de Charles Darwin (1809-1882). Esse rápido crescimento do cientificismo, segundo Lallement (2012a), não poderia deixar de influenciar diretamente as concepções sobre a sociedade. Com isso, observa-se nesse momento uma ruptura com o critério abstrato, e a ascensão de uma lógica heurística, que fez destacar o imperativo de descrever e analisar a realidade empírica (LALLEMENT, 2012a).

A sociologia avançou pelo fim do século XIX e início do século XX, adquirindo autonomia e se institucionalizando com a publicação das primeiras revistas científicas, a fundação de sociedades e o reconhecimento da disciplina em universidades (LALLEMENT, 2012b).

A virada do século foi marcada por rupturas sociais fundamentais, decorrentes principalmente da consolidação da “sociedade industrial”. Viu-se inaugurar uma gama de transformações sociais, as quais se deram não somente no plano econômico e político, mas preponderantemente, no plano da cultura, já que rompiam com formas e hábitos da organização das sociedades e marcavam um novo modo de vida, principalmente nas cidades (PRADO, 2000).

A partir daí aos menos três linhas mestras explicativas da sociologia se desenvolveram: a funcionalista de Émile Durkheim, a sociologia compreensiva de Max Weber e a explicação sociológica dialética de Karl Marx. Uma breve revisão dessas perspectivas teóricas propiciará o entendimento acerca das referências para as teorias da ação coletiva.

3.2 A organização da sociedade por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx

No terreno concorrencial das nascentes ciências sociais francesas, as quais se desenvolveram principalmente a partir de 1890, Émile Durkheim (1858-1917) tornou-se seu principal expoente. (LALLEMENT, 2012a). Entre diversas contribuições para a análise da sociedade, sua tese de doutoramento deu origem à obra *A Divisão do Trabalho Social* (1893), na qual o intelectual argumenta como os indivíduos constituem a sociedade e como modelam o consenso em seu interior (LUCENA, 2010).

Dedicando-se a compreender as formas de vínculos entre os indivíduos (CAZELOTO, 2013), Durkheim debate de que forma é possível manter um grau de coerência moral nas sociedades modernas, caracterizadas pela extrema especialização de funções (CABRAL, 2004). Para tanto, Durkheim defendia, primeiramente, a necessidade de analisar os aspectos sociais dos problemas da sociedade à luz de uma teoria social, onde os fatos sociais deveriam ser tratados cientificamente (ARAUJO, 2005). Dentro dessa perspectiva, a sociologia durkheimiana firmou-se como uma ciência dos *fatos sociais*, os quais encontravam na sociedade, e não no indivíduo, o seu substrato (LALLEMENT, 2012a).

Pensando em como sanar as “questões sociais” que emergiam em decorrência dos abalos industriais e políticos da III República, Durkheim elegeu a moral como plano de estudo e encontrou na solidariedade social o princípio e a fonte para essa moralidade, elaborando a chamada “Teoria da Solidariedade” (LALLEMENT, 2012a). Para Durkheim, “onde a solidariedade social existe (...), onde ela é forte, inclina fortemente os homens uns para os outros, põe-nos frequentemente em contato, multiplica as ocasiões de entrarem em relação” (DURKHEIM, 1989, p. 80 *apud* CAZELOTO, 2013, p. 41).

A solidariedade para Durkheim está compreendida em duas formas: a solidariedade mecânica, típica das sociedades pré-modernas, na qual os indivíduos estão unidos pela semelhança, que os fazem partilhar de pensamentos em conjunto; e a solidariedade orgânica, típica das sociedades modernas, de caráter mais racionalista e instrumental, na qual o consenso resulta de uma diferenciação entre os indivíduos

e da dependência entre eles para realizar alguma atividade social (CAZELOTO, 2013; LUCENA, 2010).

Em meio à discussão acerca da dicotomia homogeneidade/heterogeneidade, Durkheim reconhecia que embora cada indivíduo tivesse valores próprios, existiriam crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, responsáveis por definir a moral vigente, formando um sistema determinado com vida própria, às quais ele chamou de “consciência coletiva” (LALLEMENT, 2012a). A objetivação da sociedade em Durkheim, segundo Leme (2008, p. 727), estava na afirmação de que os fatos sociais são exteriores e coercitivos aos indivíduos, ou seja, “as ações individuais seriam o reflexo da internalização da consciência coletiva de um determinado grupo social”.

Entretanto, enquanto a consciência coletiva abrangeria a maior parte das consciências individuais nas sociedades de solidariedade mecânica, ela se vê reduzida nas sociedades onde predomina a solidariedade orgânica. Nesta, é perceptível “um enfraquecimento das reações coletiva contra a violação das proibições e, sobretudo, maior interpretação individual dos imperativos sociais” (LUCENA, 2010, p. 297).

O problema central das sociedades modernas é as relações entre os indivíduos e o grupo. O homem tornou-se por demais conscientes de si mesmo para aceitar cegamente os imperativos sociais. O individualismo comporta perigos, pois o indivíduo pode exigir da coletividade mais do que a mesma pode dar. Durkheim defende que é necessária uma disciplina que só a sociedade pode impor (LUCENA, 2010, p. 298).

Essa disciplina, segundo Cabral (2004), está na própria divisão do trabalho, que ultrapassa o âmbito dos interesses econômicos e estabelece uma ordem social e moral capaz de ampliar a harmonia, a integração e a coesão da sociedade moderna pela interdependência dos indivíduos para realizarem as atividades sociais.

Mas se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um “trocaador”, como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas (DURKHEIM, 2004, p. 429).

Buscando afastar o determinismo da escola durkheimiana, Max Weber (1864-1920) propôs uma sociologia compreensiva do mundo moderno, para reconstituir o sentido que os indivíduos conferiam as suas ações (LALLEMENT, 2012a). A orientação metodológica de Weber, segundo Thiry-Cherques (2009), é de que a realidade não pode ser reduzida a nenhum esquema conceitual.

Em face da complexidade da realidade, onde cada sociedade é concreta, individual e singular (THIRY-CHERQUES, 2009), o princípio da determinação foi substituído pelo postulado da pluralidade das causas, de tal forma que os inúmeros fatores determinantes existentes na história poderiam fornecer tendências e probabilidades, mas ao mesmo tempo, deixariam margem à decisão individual (LALLEMENT, 2012a).

Isso implica, segundo Lallement (2012a, p. 255), que os fenômenos sociais não podem ser tomados como “simples expressões de causas exteriores que se impõe ao indivíduo”. As formas coletivas de vida devem ser explicadas a partir de suas bases individuais, e a sociologia, para Weber, deve, por conseguinte, se inclinar sobre a compreensão dos sentidos das ações sociais e das relações sociais.

Assim, Weber (2000, p. 03) definiu a ação social enquanto “uma ação que, quanto ao sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”. Ou seja, a ação social é variável em função do sujeito da ação (MORAES *et al*, 2003) e deve ser entendida em relação ao significado pretendido, e orientada, ao comportamento dos outros (RINGER, 2010).

Ao analisar o modo como os indivíduos agem e a maneira como orientam suas ações, Weber estruturou em quatro tipos básicos os níveis de ação, a partir de um grau de maior ou menor racionalidade: a ação que é racional quanto aos fins que se propõe; a ação que é racional quanto aos meios empregados; a ação afetiva que é racional quanto aos sentimentos; e a ação tradicional que se aproxima da irracionalidade, fundada unicamente no hábito (THIRY-CHERQUES, 2009).

A teoria weberiana deixa claro que um comportamento racional não precisa necessariamente obedecer a uma lógica finalística, ele pode ser dotado de um

“valor-razional”, valores que não são demonstráveis por métodos da ciência, que podem estar ligados, não diretamente à lógica formal, à ciência ou à eficiência econômica, mas a fins ou meios religiosos, morais ou éticos e que, portanto, só podem ser objeto da compreensão (THIRY-CHERQUES, 2009).

A racionalidade deveria governar o trabalho e a vida social. Mas não é o que acontece. Ao contrário, como demonstrou Weber, a determinação dos fins pessoais é dada pela experiência da vida e pela forma como se comportam os demais. (...) A racionalidade da vida e do trabalho não existe em estado puro. Ela deriva de um sistema de preferências, e escolhas, mas não de uma lógica absoluta quanto aos valores, nem de uma lógica incondicional quanto aos fins almejados (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 209).

Com isso, a perspectiva weberiana ressalta a necessidade do entendimento da racionalidade quanto aos valores, para a compreensão das razões, causas e condições que levam à apreciação valorativa dos fenômenos e conduzem o indivíduo a ação (THIRY-CHERQUES, 2009).

A terceira linha mestra explicativa da sociologia se resume nas ideias de Karl Marx (1818-1883), conhecido por ser o mais influente ideólogo dos movimentos revolucionários do século XIX, haja vista a conceituação do modelo clássico de movimento social. O modelo proposto por Max centralizava-se na “análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção” (PICOLOTTO, 2007, p. 158).

Diferentemente de Durkheim, para quem a ênfase recaía sobre a coesão, integração e manutenção da sociedade, Marx viu na contradição e no conflito os elementos essenciais da sociedade, e nas contradições geradas entre capital e trabalho (a luta de classes), o contexto para a mudança (PICOLOTTO, 2007). Na concepção de Marx, é o modo de produção da vida material que condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (ALEXANDER, 1998).

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou mesmo o conjunto do proletariado, imagina ser a meta. É uma questão do que o proletariado é e, por conseguinte, do que ele é compelido historicamente a fazer. Sua meta e sua ação histórica são fixadas de antemão, de modo evidente e irrevogável, por sua própria condição de vida (ALEXANDER, 1998, p. 03).

Ao identificar a forma como os homens produzem seus meios de vida, Marx concluiu que estes estabelecem relações sociais baseadas nas condições materiais de sua existência. Dessa forma, conforme ressalta Caetano ([s.d])⁹, estudar a sociedade pressupõe estudar as relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza. Dentro desse contexto, os movimentos sociais para Marx, se configuram, dentro de uma ordem instrumental, “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (ALEXANDER, 1998, p. 05).

Alexander (1998) destaca que da abordagem clássica dos movimentos sociais desenhada por Marx, originaram-se os mais influentes quadros de referências teóricos contemporâneos. A partir daí, os teóricos contemporâneos dos movimentos sociais despojaram o modelo clássico da teleologia revolucionária, e conservaram sua teoria explicativa racional, distributiva e materialista. Mais tarde, o estudo dos novos movimentos sociais tratou de introduzir uma correção ao enfoque clássico para incluir os significados culturais, as identidades psicológicas e os fatores institucionais (ALEXANDER, 1998), como trataremos a seguir.

3.3 As perspectivas para a ação coletiva no pós-guerra

Antes de o mundo presenciar a onda de mobilizações que marcaram a década de 60, sobretudo o mundo ocidental (GOIRAND, 2009), os teóricos da sociedade de massa (LALLEMENT, 2012b), ou do comportamento coletivo (DELLA PORTA E DIANI, 1999), explicavam o comportamento coletivo através dos “disfuncionamentos sociais” ou “frustrações psíquicas” (CARVALHO, 2013).

Os teóricos dessa corrente acreditavam no potencial de sedução de discursos extremistas, capazes de desencadear ações coletivas em sociedades cujos vínculos sociais estivessem enfraquecidos, seja por processos de industrialização e

⁹ CAETANO, Érika de Cássia Oliveira. **A divisão do trabalho**: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Émile Durkheim. Belo Horizonte: PUC, [s.d.]. Não publicado. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095823.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

urbanização, seja em decorrência de crises, sobretudo, econômicas, responsáveis por causar nos indivíduos um sentimento de falta de pertencimento, de insatisfação social e de privação material que, por conseguinte, os incentivaria a buscar novos caminhos (LALLEMENT, 2102b; DELLA PORTA E DIANI, 1999).

Essa hipótese baseada em pilares psicossociais (ALONSO, 2009), no entanto, reduzia a ação coletiva a uma aglomeração de comportamentos individuais, ignorando as dinâmicas pelas quais os sentimentos vivenciados no nível individual (micro), originariam fenômenos (macro) como os movimentos sociais ou as revoluções (DELLA PORTA E DIANI, 1999).

Sendo assim, a partir da década de 70, três grandes correntes teóricas foram desenvolvidas para tentar analisar uma nova conjuntura das mobilizações, a qual não se assimilava nem às revoluções pelo poder, nem aos movimentos operários anteriores: a Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP), e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (CARVALHO, 2013).

Influenciados pelo modelo utilitarista do economista americano Mancur Olson (1932-1998), os teóricos da mobilização dos recursos repousaram sua teoria sobre uma analogia econômica (LALLEMENT, 2012b) e colocaram o ator racional no centro do estudo da ação coletiva, concentrando sua atenção em como os atores coletivos operam e como adquirem recursos para agirem coletivamente, dentro e fora de seus grupos partidários (DELLA PORTA E DIANI, 1999).

Contra o funcionalismo (ALONSO, 2009) e descartando as concepções de uma identidade coletiva irracional, as ações coletivas foram enquadradas em explicações comportamentalista organizacionais – grupos de interesses, onde a participação numa ação coletiva era resultado de um “cálculo racional” entre benefícios e custos, influenciados pela presença de recursos (DELLA PORTA E DIANI, 1999).

Essa vertente considerava que as privações e insatisfações sempre existiram e, portanto, tais fatores eram inócuos para explicar o surgimento de um agir coletivo, de tal forma que, “mais importante que identificar as razões seria explicar o

processo” (ALONSO, 2009, p. 52).

Em uma situação histórica na qual os sentimentos de inquietação, diferenças de opinião, conflitos de interesses, as ideologias opostas estão sempre presentes, a emergência de uma ação coletiva não pode se explicada simplesmente como tendo sido causada por esses elementos. (...). É preciso também estudar as condições as quais permitem que o descontentamento seja transformado em mobilização. A capacidade para mobilização depende dos recursos materiais (trabalho, dinheiro, benefícios concretos, serviços) e/ou recursos não materiais (autoridade, engajamento moral, fé, amizade) disponíveis no grupo. (...). Por trás da existência de tensões, as mobilizações derivam do caminho pelo qual os movimentos sociais são capazes para organizar descontentamento, reduzir custos de ação, utilizar e criar laços de solidariedade, dividir incentivos entres os membros e atingir consenso externo. (...). De acordo com a abordagem racional, mobilização pode ser assim explicada como sendo mais do que a gratificação de perseguir um bem coletivo (DELLA PORTA E DIANI, 1999, p. 14).

Assim, em linhas gerais, a TMR privilegiou a racionalidade e a organização. Por outro lado, ao opor-se às teorias excessivamente culturalistas, em favor de uma análise conjuntural, essa corrente menosprezou o papel das ideologias e dos valores na conformação das mobilizações, desprezando o vínculo dos movimentos com o enquadramento macro-histórico (ALONSO, 2009).

Deixado de lado pela TMR, o vínculo entre os movimentos e as macroestruturas e processos históricos foi ponderado pelas duas outras teorias sobre os movimentos sociais: a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Segundo Alonso (2009, p. 53), “ambas insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal” e construíram “explicações macro históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura”.

Sem descartar os aspectos organizacionais da ação coletiva, a TPP propôs inserir a mobilização dentro de um contexto político onde a “estrutura de oportunidades políticas” fornecia o parâmetro para a mobilização e se consideravam aspectos como a disponibilidade de aliados influentes, o grau de abertura ou fechamento do acesso à política, a participação no processo de tomada de decisão, entre outros (DELLA PORTA E DIANI, 1999; ALONSO, 2009).

Numa comparação entre a TMR e a TPP, Alonso (2009, p. 56) pontua que, enquanto

a primeira enfatiza “os recursos materiais disponíveis” à mobilização, a segunda prioriza “a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação”. Assim como a TMR, a TPP supõe a coordenação como fator imprescindível à produção do ator coletivo, porém, adiciona um elemento cultural a essa explicação. A coordenação na TPP depende da solidariedade, ou seja, da combinação entre o sentimento de pertencimento e a densidade das redes interpessoais que vinculam os membros de um grupo. Ainda assim, nem mesmo a solidariedade seria capaz de gerar a ação se não estivesse alicerçada em “estruturas de mobilização”.

Em linhas gerais, a mobilização para os teóricos dessa corrente é definida como sendo “o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire o controle sobre os recursos necessários para sua ação”, o que só é possível, quando alicerçada por uma “estrutura de oportunidades políticas” (ALONSO, 2009, p. 55). A partir desse conceito, é possível verificar que a cultura recebe mais espaço na explicação da ação coletiva a partir da abordagem da TPP, mas a interpretação efetivamente cultural ganharia espaço apenas em meados da década de 80, com os teóricos dos Novos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais surgiu, segundo Gohn (2007), enquanto crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias de base racional e estrategista, inaugurando esquemas interpretativos que agregaram fatores como “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo e o processo de identidade criado” (GOHN, 2007, p. 121).

Segundo Gohn (2007), a TNMS apresenta cinco características gerais básicas. A primeira é a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Em *O retorno do ator* (1983), Alain Touraine (ALONSO, 2009) distinguiu dois padrões de sociedade: a sociedade industrial, onde predominaram os conflitos produtivos; e as sociedades pós-industriais, onde a dominação teria se tornado eminentemente cultural, a partir do controle da informação, e os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançam para a vida privada e ganham dimensões simbólicas.

No mesmo sentido, Jürgen Habermas (1981 *apud* ALONSO, 2009), argumentava

que os novos movimentos sociais não se motivavam mais por questões redistributivas, mas por dimensões de uma luta simbólica em torno de definições da boa vida, voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas, em reação à padronização e à racionalização das interações sociais.

Outra característica dessa corrente é que, apesar de serem simpáticos às ideias neomarxistas que enfatizavam a consciência, a ideologia, as lutas sociais e a solidariedade na ação coletiva, a TNMS negou o marxismo ortodoxo enquanto campo teórico. A ênfase clássica sobre os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade para explicar a ação coletiva (PICOLOTTO, 2007) não dava conta de explicar as ações com origens na política e na cultura, e ignorava a possibilidade da mudança a partir da ação do indivíduo independente dos condicionamentos estruturais (GOHN, 2007).

Uma terceira característica refere-se à eliminação da centralidade do sujeito histórico, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo. Para Foweraker (1995, p 40 *apud* GOHN, 2007), “uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não tem uma clara base classista” ou um interesse especial de apelo. Os novos sujeitos são atores sociais, sujeitos críticos, que lutam contra as discriminações de acesso aos bens, e que fundamentam suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários.

A quarta característica definida por Gohn (2007), diz respeito à posição central conferida à política na análise dos NMS, redefinida enquanto uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais, e atinge o âmbito das relações micros sociais e culturais, e não apenas o nível macro das instituições de poder.

Por último, a TNMS, segundo Gohn (2007), analisa os atores sociais sob dois enfoques: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. As arquiteturas complexas da situação, da pessoa e do coletivo, substituíram a trivialidade da ação instrumental (CEFAI, 2009) e a questão da identidade passou a ser central para os debates sobre ação coletiva (PRADO, 2002). Embora Habermas e Touraine já tivessem feito referência aos NMS enquanto portadores de identidades sociais, Alberto Melucci foi responsável por produzir uma teoria da identidade

coletiva (ALONSO, 2009), centrada no plano micro, na ação coletiva de indivíduos, com um enfoque mais psicossocial (GOHN, 2007).

Em *Challenging Codes-Collective Action in the Information Age*, Melucci (1996 *apud* GOHN, 2007) retoma a tradição dos clássicos e reelabora a teoria da ação social, definindo a ação coletiva como:

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (MELUCCI, 1996, p. 20 *apud* GOHN, 2007, p. 154).

Dessa maneira, Melluci (1998 *apud* ALONSO, 2009) afasta tanto as explicações psicológicas para a formação da ação coletiva, em termos de irracionalidade das massas, quanto à macro explicações, nas quais o comportamento dos atores é determinado pelas condições sociais comuns (ALONSO, 2009). Em substituição, ele propõe a combinação das subjetividades dos indivíduos com as condições político-ideológicas de um dado contexto histórico (PICOLOTTO, 2007).

Ao indagar como o coletivo se forma e quais relações e processos levam o indivíduo a se envolver coletivamente, Melucci (1989) direciona sua crítica ao modelo clássico marxista que trata a ação coletiva como “efeito das condições estruturais ou como expressão de crenças e orientações compartilhadas”. A ampliação do argumento refere-se à habilidade do ator coletivo em localizar-se dentro de um sistema de relações (MAIA, 2009), onde os atores “se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (ALONSO, 2009, p. 65) e assim constroem uma ação coletiva.

A ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar. (...). Aquém das estratégias racionais ou das determinações estruturais, a ação coletiva se deixa abalar pelos eventos, que por vezes só afetam particulares, mas podem ganhar outra amplitude e concernir a pessoas bem distantes daquelas que são diretamente tocadas, levando-as a formar uma experiência comum, a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público (CEFAI, 2009, p. 31).

A partir dessa abordagem, Melucci (1989 *apud* PRADO, 2002) busca preencher a

lacuna entre o sujeito e o sistema, superando a visão dualista das análises estruturais que definem a existência de determinações e contradições como condição para a ação coletiva, e das análises funcionalistas das motivações individuais.

Buscando construir uma abordagem ainda mais abrangente sobre as motivações para a mobilização social, Melucci (1998) ainda incorpora elementos das teorias anteriores. Da TPP, foi incorporada a aceitação de uma conjuntura de oportunidades e constrangimentos à ação coletiva, a qual, entretanto, poderia ser mediada pelas percepções dos agentes. Da TMR, ele incorporou a tese de que “relações ou organizações já existentes facilitam o engajamento” (ALONSO, 2009, p. 66), porém, substituiu as “estruturas de mobilização” pelas “estruturas de relacionamento”, sobre as quais se construiriam a motivação para ação coletiva e a interação para tanto.

A proposta de Melucci (1996 *apud* CEFAÏ, 2009) fundamenta-se, portanto, em uma política centrada nas apostas cotidianas, o que permite ampliar a discussão para o âmbito dos determinantes do engajamento do indivíduo em uma ação social. Os atores sociais são vistos não apenas pela ótica dos fatores psicológicos, mas, também, dos fatores sociais, ou seja, a partir das relações que estabelecem com o meio. O ambiente, por sua vez, lhes impõe oportunidades e constrangimentos, os quais podem ser aproveitados ou superados, a partir de uma estrutura de relacionamento, sobre as quais o indivíduo constrói significados, interage e se reconhece enquanto parte de um problema ou, como potencial agente de transformação.

4 TRAÇANDO O CAMINHO PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A partir da perspectiva inaugurada por Melucci para entendimento das ações coletivas, Prado (2002, p. 60) definiu a mobilização social como “um processo de desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas”. Esse processo, por sua vez, na concepção de Baquero (2003) pode ser reforçado e se entrelaçar com outros dois elementos fundamentais à mobilização social: o de *capital social* e o de *empoderamento*.

O capital social é um recurso complexo que, segundo Baquero (2003), oferece explicações sobre como os dilemas da ação coletiva podem ser superados. O conceito sugere que dentro da estrutura social é possível encontrar explicações sobre como em algumas localidades as atividades políticas, econômicas e sociais mostram vitalidade e parecem ser mais efetivas do que em outros lugares. Isso porque a premissa trabalhada pelo autor é a de que o capital social permite ações cooperativas comunitárias para resolução de problemas comuns da comunidade.

O empoderamento, por sua vez, na concepção de Ferrarezi (2003), surge como uma forma de distribuição espacial do capital social, firmando-se enquanto um elemento novo da equação que, ao menos, vislumbra a igualdade, pelo incentivo a autonomia dos indivíduos, propondo uma sociedade assentada nas bases da cooperação.

4.1 Resgatando o tecido social através do Capital social

A origem do tema capital social é atribuída por Putnam (2005) aos estudos de Lyda Judson Hanifan (1879-1932), em 1916, sobre os centros comunitários de escolas rurais de Virginia do Oeste (EUA). Supervisor de escolas, Hanifan identificou uma relação direta entre o nível de vida da população e a sociabilidade nas relações de vizinhança, invocando o capital social para explicar tal relação. Para o educador, os graves problemas sociais, econômicos e políticos de algumas comunidades daquela localidade eram resultado da falta de compromisso comunitário entre seus moradores (GONÇALVES, 2013).

As coisas intangíveis são importantes para o cotidiano das pessoas: boa vontade, solidariedade, simpatia, e as relações sociais entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social. O indivíduo é impotente socialmente se entregue a si mesmo. Se ele entrar em contato com o seu próximo, e este com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, o qual pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e que pode sustentar uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial das condições de vida de toda a comunidade. A comunidade como um todo se beneficiará pela cooperação de todas as partes, enquanto que o indivíduo vai encontrar em suas associações as vantagens da ajuda, da simpatia e da comunhão dos seus vizinhos (HANIFAN *apud* PUTNAM; GOSS, 2003, p.10.).

Nos anos 50 o termo capital social voltou à agenda de pesquisa para fazer crítica à teoria econômica neoclássica, a qual baseava-se em relações de cálculo econômico para explicar a realidade. Nesse contexto, o termo foi evocado como “um recurso essencialmente não econômico que exerce influência direta nas escolhas e consequências das ações sociais” (GONÇALVES, 2003, p. 28).

Mas o termo tornou-se popular nos anos 90, a partir dos estudos de Robert Putnam (1993), associados à produção de Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1988), dentre outros, que difundiram seu uso para diversos âmbitos de pesquisa e práticas sociais (BAQUERO E HAMMES, 2006). Não há um consenso a respeito do seu alcance teórico, bem como, suas implicações técnicas e operativas; mas em comum, os estudos apontam para a necessidade de fortalecer relações sociais entre atores, tornando-os estáveis e confiáveis (NAZZARI, 2006).

Em linhas gerais, Bourdieu (1980) refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais (perspectiva estrutural); Coleman (1988) refere-se aos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura (perspectiva utilitarista); enquanto Putnam (1996) refere-se aos aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício mútuo (perspectiva tradicional) (DALLABRIDA, 2006).

Na perspectiva de Bourdieu (1980), o capital social é “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”

(BOURDIEU, 1980[1998] p. 67) e que se unem às demais formas de capital para compor as fontes de poder dos indivíduos (GONÇALVES, 2013).

O capital social é, portanto, alcançado individual (GONÇALVES, 2013) e “depende do tamanho e da intensidade das interações que ele [o indivíduo] efetivamente mobiliza a seu favor, aliado à presença de outras formas de capital, como o econômico e o cultural” (DIAS JUNIOR, 2001, p. 26). Dentro dessa rede de relações os indivíduos se reconhecem e estabelecem obrigações subjetivas (sentimentos de gratidão, respeito, etc) que criam e potencializam o capital social (DIAS JUNIOR, 2001; CRUZ, 2010) agregando poder ao indivíduo (GONÇALVES, 2013).

Convergindo em direção a uma dimensão mais coletiva, Coleman (1990 *apud* CRUZ, 2010) definiu o capital social como resultado das relações entre as pessoas, entendendo que, se *A* realiza alguma coisa para *B* e acredita que *B* retribuirá no futuro, estabelece-se uma expectativa em *A* e uma obrigação em *B* (DIAS JUNIOR, 2001).

O capital social é definido por Coleman (1998 *apud* MELO *et al*, 2015, p. 150) como “uma variedade de diferentes entidades com dois elementos comuns: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos atores dentro da estrutura”. Seus componentes estão agrupados em três formas, segundo Gonçalves (2013): obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; canais e informação; normas e sanções efetivas.

Essas entidades, ou recursos sociais (crença na estrutura social, relações de amizade, confiança, etc), quando disponíveis, facilitam, segundo Dias Junior (2001), a ação social, seja de indivíduos, seja de grupos, para realização de seus interesses dentro da estrutura social. Isso faz do capital social um elemento facilitador de ação entre os diferentes atores sociais (FERRAREZI, 2003; SILVEIRA, 2005; MENEZES *et al*, 2012), e também produtivo, na medida que torna “possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis” (COLEMAN, 1988, p. 98 *apud* GONÇAVES, 2013, p. 91).

Já o conceito de capital social delimitado por Putnam (1993) buscará sustentar-se na

concepção dos efeitos macrossociais no desenvolvimento local, dentro de uma dimensão onde se enfatiza o associativismo e as redes sociais em prol do bem coletivo (MENEZES *et al*, 2012). Após desenvolver pesquisas na Itália, Robert Putnam atribuiu uma maior eficiência das instituições no norte do país, aos sistemas de organização horizontal lá existente, os quais favoreciam a cooperação e tornavam a população daquela localidade mais devotada ao bem público. Assim, na concepção de Putnam, o capital social representaria as características da organização social, por meio das quais se explica o comportamento cooperativo (GONÇALVES, 2013).

Objetivando relacionar o nível de capital social e seu impacto na vida pública, Putnam (1993 apud DIAS JUNIOR, 2010) direcionou sua análise para os dilemas da ação coletiva. O autor considera que a ausência de interação entre os indivíduos não decorre de ignorância ou irracionalidade, mas sim, de falta de confiança e de compromisso para cooperação mútua. Os entraves postos por essa questão são representados por Putnam no dilema do prisioneiro.

O dilema do prisioneiro consiste em colocar dois cúmplices em salas diferentes e dizer para ambos que se colaborarem, acusando o colega, ganharão a liberdade, mas se um calar e o outro confessar, aquele receberá uma pena extremamente pesada. Se ambos permanecerem em silêncio, ambos receberão penas leves; o problema reside na impossibilidade de saber qual a versão que cada um dará para combinarem as ações, logo, a melhor saída é delatar o outro (DIAS JUNIOR, 2010, p. 41).

A partir desse impasse, Putnam (1996, p. 174 *apud* DIAS JUNIOR, 2010, p. 41) ressalta que “em um mundo habitado por santos, talvez os dilemas da ação coletiva não existissem, mas o altruísmo universal é uma premissa quixotesca [romântica] para quaisquer ações ou teorias sociais”. Assim, se o indivíduo não age movido por sentimentos de abnegação e generosidade, a solução posta para o dilema está no capital social, o qual diz respeito à confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica, que permitem às pessoas realizarem valores comuns, e assim, cooperarem, ajudarem-se mutuamente e zelarem pelo bem público (CRUZ, 2010; GONÇALVES, 2013).

A confiança é, portanto, elemento fundamental para o capital social na concepção de Putnam. Para Putnam (1996, p. 180 *apud* DIAS JUNIOR, 2001, p. 45), “quanto mais

elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação”; por conseguinte, confiança e cooperação formam as bases para uma mobilização coletiva “onde o ator agirá de forma a visar o bem comum não por que ele é bom por natureza, mas porque será melhor agir assim, pois as consequências negativas serão muito custosas para todos se ele optar por uma solução cujo benefício seja individual” (DIAS JUNIOR, 2001, p. 45).

Prates *et al* (2007 *apud* GONÇALVES, 2013) resumem essas principais linhas teóricas sobre o capital social em três perspectivas: individualista, normativa-associativista e interacionista. A primeira é representada por Bourdieu na medida em que este, apesar de concordar que o capital social emerge das relações sociais, enfatiza que ele é um atributo de cada membro da rede que o utiliza para fins particulares ou coletivos. A corrente normativa-associativista tem Putnam como principal representante, por relacionar o capital social à internalização de valores e normas capazes de facilitar a ação coletiva e a associação.

Mas é Coleman e sua tradição interacionista que, na concepção dos autores, construiu um conceito relevante para as Ciências Sociais, permitindo associá-lo à eficácia das ações coletivas. Isso porque, Coleman ampliou a discussão no sentido de compreender a produção de recursos internos que permitem ao grupo agir coletivamente, o que se dá a partir da sociabilidade dentro desse grupo. Sendo assim, Prates *et al* (2007 *apud* GONÇALVES, 2013) entendem que o capital social não se representa pela densidade e intensidade das interações, mas pela transformação dessa coesão em um recurso mobilizável, o qual, apesar de relevante, também não é único para explicar as ações coletivas.

Outro fenômeno que também deve ser considerado é a mobilização desses recursos para a consecução dos benefícios, o qual os autores denominam de “redes sociais”. Estas referem-se às ligações do grupo com atores capazes de agregar informação e benefícios (PRATES *et al*, 2007 *apud* GONÇALVES, 2013).

A hipótese principal deste estudo é de que a existência de capital social está associada à disponibilidade de canais de comunicação, ou laços fracos, em relação ao entorno político-institucional da vizinhança, constituindo fator determinante da eficácia da ação comunitária, tendo em

vista a melhoria física e social do seu ambiente interno. (PRATES *et al*, 2007, p. 52 *apud* GONÇALVES, 2013, p. 87).

Além disso, é necessário considerar que a simples existência de estoque significativo de capital social não garante que todos os segmentos da sociedade sejam contemplados em suas demandas quando se trata de definir o futuro (DALLABRIDA, 2006). É preciso criar condições para que todos sejam capazes de acessar as redes sociais e se beneficiarem do contexto de capital social. Uma via possível, segundo Ferrarezi (2003), perpassa inevitavelmente pelo empoderamento de indivíduos e grupos.

4.2 Fortalecendo o sujeito via empoderamento

Apesar de não conceituar de maneira direta o termo empoderamento, os estudos de Putnam foram de extrema relevância para dar visibilidade à temática. O conceito de capital social inspirou uma gama de estudos sobre o empoderamento, ao relacionar o fortalecimento da sociedade civil com o desenvolvimento econômico e social, permitindo, dessa forma, a aceitação e a reapropriação da temática do empoderamento pela via do desenvolvimento comunitário (HOROCHOVSKI, 2006).

Em anos recentes, tem-se multiplicado o emprego do conceito em vários campos do conhecimento e nos mais diferentes espaços de ação social. (KLEBA E WENDAUSEN, 2009; HOROCHOVSKI E MEIRELLES, 2007). Não obstante sua pulverização, Horochovski (2006, p.15) ressalta que independentemente da perspectiva que se adote, o empoderamento “implica muitas vezes em ultrapassar os instrumentos clássicos da democracia representativa”.

Na concepção de Friedmann (1996, p. 08), o empoderamento refere-se a “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares, aumentarem a eficácia do exercício de cidadania”. Complementando, Kleba e Wendausen (2009, p. 733), pontuam que se trata de “um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutais” e que significa “aumento do poder, da

autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais”.

Por se tratar de uma categoria complexa, Horochovski e Meirelles (2007) ressaltam as diversas dificuldades impostas à operacionalização do conceito em pesquisas empíricas. Segundo os autores, uma mensuração mais acurada exige a conjugação de diferentes procedimentos – qualitativos e quantitativos – para que se colete o maior número possível de dados sobre a realidade a ser investigada.

As autoras propõem analisar o processo de empoderamento a partir da tríade do empoderamento formulada por Friedman (1996), a qual abarca dimensões da vida social em três níveis: psicológico, social e político. Kleba e Wendausen (2009) classificam tais níveis em: pessoal ou psicológico, grupal ou organizacional e estrutural ou político. Essa tríade, segundo Foucault (1979, p. 125 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 05), constitui “uma rede social de relações de empoderamento que tem um potencial extraordinário para a mudança social”.

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania (KLEBA E WENDAUSEN, 2009, p. 742).

O empoderamento psicológico ou individual, na classificação de Horochovski e Meirelles (2007), é relacional, e ocorre quando, mediante a participação nos mais variados espaços de sociabilidade, os indivíduos são ou se auto percebem como detentores de recursos que lhes permitem influir e mesmo controlar os cursos de ação que lhes afetam (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995 *apud* HOROCHOVSKI, 2006).

O aspecto central está na mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, que resulta em um comportamento de autoconfiança (KLEBA E WENDAUSEN, 2009), além do desenvolvimento de mecanismos de solidariedade e a capacidade de adaptação ao meio (ROSO E ROMANINI, 2014). Ele percebe seus ambientes e vê mais oportunidades e recursos para agir, do que constrangimentos e

limitações, sendo influenciados por tais percepções. (HOROCHOVSKI, 2006). Para avaliar esse nível, Kleba e Wendausen (2009, p. 739) sugerem ser necessário:

Compreender como cada pessoa percebe, experiencia e enfrenta situações de ruptura ou ameaça; quais as competências que ela desenvolveu; como motivou-se para agir e que mudanças favoráveis essas experiências produziram, garantindo persistência e sustentação ao processo (KLEBA E WENDAUSEN, 2009, p. 739).

O empoderamento pessoal, por sua vez, não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, já que é no nível grupal que o indivíduo encontra o apoio emocional, material, informacional, provê a manutenção da identidade social e a mediação dos contatos sociais. O nível grupal ou organizacional, segundo Kleba e Wendausen (2009), refere-se a organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras (como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços), as quais oferecem oportunidades para adquirir novas ferramentas, desenvolver um sentido de confiança e de comunidade, e melhorar a vida comunitária.

Num patamar mais amplo, o empoderamento político ou estrutural, segundo Perkins e Zimmerman (1995 apud HOROCHOVSKI, 2006), ocorre quando, coletivamente, indivíduos ou grupos formulam estratégias e ações para potencializar e obter recursos que lhes permitam influenciar nas decisões de seu interesse. Nesse nível enfatiza-se a dimensão política da conformação da vida social, onde o consenso, segundo Horochovski e Meirelles (2007), resulta de tensões e conflitos por recursos, fruto de processos de discussão e convencimento.

No empoderamento político três parâmetros são fundamentais na visão de Kleba e Wendausen (2009, p. 741):

- 1) uma cultura que permite que o indivíduo se conscientize de que é parte de uma comunidade e reconhece, além de alcançar objetivos pessoais, que toda a comunidade pode ser beneficiada através de um trabalho conjunto;
- 2) o acesso aos recursos interindividuais e à possibilidade de utilizá-los, ou seja, a disponibilização de informações, ideias e concepções sobre como solucionar problemas e;
- 3) a realização de rituais de transformação, importante para a articulação entre os recursos existentes, as pessoas e a comunidade, possibilitando maior valorização das ações coletivas.

Interligado aos demais níveis, o empoderamento político é um processo e uma condição, segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 741), que “demanda a aquisição de competências, como autoestima e consciência pessoal; a capacidade de analisar criticamente o meio social e político, e o desenvolvimento de recursos individuais e coletivos para a ação social e política”. Requer, portanto, um processo prévio de empoderamento individual e grupal, uma atmosfera favorável à participação efetiva e condições estruturais que promovam interação e apoio mútuo.

5 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 65), o método se caracteriza como sendo:

O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando decisões (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 65).

Assim, as autoras definem dois componentes do método: os métodos de abordagem, os quais se referem à abordagem num sentido amplo dos fenômenos da natureza e da sociedade; e os métodos de procedimento, os quais constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas.

Quanto ao método de abordagem, estabeleceu-se para elaboração deste estudo o método hipotético-dedutivo, o qual, segundo Marconi e Lakatos (2010), oferece uma solução provisória, a qual é então submetida a testes de falseamento, com vista à eliminação do erro. Como apresentado na seção introdutória, a hipótese a ser trabalhada é a de que, embora se verifiquem avanços nas condições psicossociais das mulheres capacitadas pelo Projeto Mulheres da Paz no Município de Santa Luzia/MG, conquistados pelas iniciativas de empoderamento, os esforços empreendidos não foram suficientes para que se desenvolvessem as condições materiais e políticas necessárias à mobilização social.

Quanto ao método de procedimento, será adotado o monográfico, o qual consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações (MARCONI E LAKATOS, 2010). Para o estudo em questão, será objeto de investigação as mulheres capacitadas pelo Projeto Mulheres da Paz, que atuaram no Município de Santa Luzia/MG, pelo período de 12 meses, entre os anos de 2010 e 2011.

No que concerne ao tipo de pesquisa, quanto à natureza, esta é todo tipo descritiva, conforme indica Marconi e Lakatos (2010), na medida em que, a partir de um levantamento prévio realizado através de pesquisa bibliográfica, pretende-se

investigar em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já se ocuparam de investigá-lo, e quais as opiniões em torno do tema, estabelecendo a partir de então, um marco teórico de referência para a pesquisa de campo, a qual por sua vez, fornecerá os dados mais específicos acerca do fenômeno para sua análise e conclusão.

Quanto à técnica de pesquisa utilizou-se a bibliográfica como técnica de documentação indireta, a qual se desenvolverá com base em material constituído principalmente de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos, os quais permitirão primeiramente o exame do tema no enfoque desejado.

Como técnica de documentação direta, utilizar-se-á da observação direta intensiva por entrevista. A técnica de entrevista tem por objetivo obter informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Segundo Marconi e Lakatos (2010), há diferentes tipos de entrevistas que variam de acordo com o propósito do entrevistador. Para este estudo serão realizadas entrevistas do tipo padronizada ou estruturada, em que o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido, permitindo que todas as respostas fossem comparadas ao final com o conjunto de perguntas. “As diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI, 1974, p. 16 *apud* MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 180).

Além dos resultados obtidos com as entrevistas realizadas especificamente para este estudo, serão utilizados também os arquivos de entrevistas realizadas no ano de 2010, e que compuseram o trabalho de Santos e Silveira (2014) intitulado “Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG”.

A utilização de tais gravações permitirá compreender como as mulheres se viam e como sentiam a mudança provocada pela participação no projeto àquela época. Transcorridos aproximadamente 5 anos desde o encerramento das atividades, uma tentativa de fazer essa caracterização hoje poderia ser prejudicada pelo esquecimento, ou mesmo pela influência de novas perspectivas ou novas experiências agregadas ao longo dos anos. A análise comparativa das gravações

ensejará na caracterização dos traços de empoderamento obtidos pelas mulheres à época do projeto e como elas se apresentam hoje.

Face a necessidade do estudo comparativo, a amostra da pesquisa de campo deste estudo limitou-se às 42 mulheres entrevistadas no ano de 2010, as quais fazem parte de um universo de 74 mulheres que participaram ativamente das atividades do projeto no Município de Santa Luzia. A realização das entrevistas, para fins especificamente deste estudo, transcorreu na residência das participantes, mediante a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A tabela 1 mostra a distribuição das 74 mulheres que participaram ativamente das atividades do Projeto Mulheres da Paz, para os cinco bairros do município onde o projeto foi implementado, bem como, a distribuição da amostra de entrevistadas no ano de 2010 para a pesquisa de Santos e Silveira (2014) e a distribuição das mulheres entrevistas especificamente para este estudo.

TABELA 1

Distribuição do universo e da amostra de pesquisa entre os bairros de Santa Luzia

Bairro	Participantes	Entrevistadas em 2010	Entrevistadas em 2015
Baronesa	16	13	10
Ind. Americano	03	-	-
Palmital	19	13	04
São Benedito	27	13	06
São Cosme	09	03	02
Total	74	42	22

Durante o trabalho de campo, algumas dificuldades impuseram-se à pesquisa limitando a amostra em 22 mulheres. Falecimento, mudança de endereço para localidade distante da residência da pesquisadora, problemas de saúde na família, ou indisponibilidade no momento para participação na pesquisa impossibilitaram a realização de 08 entrevistas. Outras 12 mulheres não foram localizadas através dos telefones constantes nos cadastros fornecidos pelo CRISP e pela Prefeitura de

Santa Luzia/MG. Por se tratarem de números de linhas residenciais, e com a expansão da telefonia móvel nos últimos anos, em geral os números não mais existiam ou pertencia à outra pessoa. Além disso, nenhum dos órgãos possuía o cadastro completo de endereços das mulheres. Tais entraves foram, em parte, solucionados com os contatos fornecidos pelas próprias mulheres. Em apenas um caso, a MP não se dispôs a participar da pesquisa.

Os dados coletados durante as entrevistas foram gravados e posteriormente transcritos integralmente, de maneira a possibilitar sua análise e a interpretação por meio da análise de conteúdo. Esse tipo de análise seguiu o roteiro sugerido por Silva e Fossá (2015, p. 4):

- 1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos);
- 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;
- 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza);
- 6) Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;
- 7) Agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais);
- 8) Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Caracterização dos traços de empoderamento

Para concretização do primeiro objetivo específico, utilizou-se como fonte de dados, as gravações de entrevistas feitas com 42 mulheres participantes do Projeto Mulheres da Paz, em Santa Luzia. As entrevistas foram realizadas no ano de 2010, entre os meses de julho e novembro, e compuseram a análise presente no artigo “*Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG*” (SANTOS E SILVEIRA, 2014). Seis perguntas foram dirigidas às entrevistadas:

- 1) O que mudou depois que você entrou para o Projeto Mulheres da Paz, na sua trajetória de vida?
 - 2) No local onde você mora mudou alguma coisa?
 - 3) Sua participação em projetos comunitários e como você se preocupa com as pessoas, mudou?
 - 4) Fale sobre a sua primeira visita, como você se apresentou?
 - 5) O que precisa mudar no seu bairro para melhorar a questão da violência?
 - 6) Com relação ao projeto o que houve de positivo e o que precisa melhorar?
- Você quer colocar mais alguma coisa?

Foram analisados os conteúdos de 22 entrevistas, correspondendo ao mesmo grupo de mulheres entrevistadas para este estudo especificamente, a partir dos quais, buscou-se identificar aspectos dos três níveis de empoderamento: psicológico, social e político, conforme classificação dada por Friedmann (1996).

Uma expressão recorrente entre as entrevistadas ao serem questionadas sobre o que mudou na sua trajetória de vida, após o Projeto Mulheres da Paz, é: “*mudou muita coisa*”. Todas as mulheres ressaltaram alguma mudança provocada pelo projeto. As principais mudanças assinaladas decorrem do volume de informação e conhecimento adquirido durante o projeto, que desencadearam comportamentos de autoestima e autoconfiança, e promoveram o desenvolvimento de mecanismos de solidariedade. Além disso, as entrevistas demonstram um aumento da percepção da

mulher acerca de suas capacidades de se posicionarem frente a situações controversas, tanto diante dos grupos externos, quanto dentro do próprio ambiente familiar.

Ajudou muito até dentro da minha própria família, eu não sabia ouvir ela. Hoje, agora eu sei. (Entrevistada nº 09).

O que aconteceu comigo e meu marido, que era alcoólatra, eu sei hoje que eu posso ir e vir. Hoje eu sou independente. O projeto me ajudou a tomar decisões. (Entrevistada nº 05).

Agora eu tenho mais coragem de correr atrás do meu objetivo, eu luto mais, procuro saber mais. Muita coisa que antigamente a gente tinha acesso, mas não sabia como procurar, depois do projeto eu aprendi como ir atrás. (Entrevistada nº 30).

Passei a ver as pessoas diferente, ver os problemas das pessoas de uma forma diferente. Eu senti, não mais importante, não que eu não podia antes, mas agora eu posso fazer algo para quem tá precisando de uma forma mais importante que eu podia fazer antes. (Entrevistada nº 11).

Eu consegui me relacionar melhor com as pessoas, principalmente sabendo que eu posso ajudar um pouco, pelo conhecimento que eu tive. Acaba me ajudando eu ser mais comunicativa também com as pessoas. (Entrevistada nº 16).

As pessoas me procuram e procuram apoio, toda hora bate alguém lá em casa perguntando. Minha vida ficou muito corrida, mas é prazeroso. (Entrevistada nº 02).

O empoderamento pessoal foi identificado, inclusive, entre as mulheres que já tinham um histórico de participação em atividades sociais, para as quais o conhecimento e experiência adquirida provocaram mudanças positivas no comportamento ou, de alguma forma, contribuíram para o trabalho já realizado.

Mudou a minha mente, os pensamentos que eu tinha sobre perfeccionismo, que eu achava que era certo e não é, meu relacionamento com as pessoas, sobre o que eu pensava delas e sobre o que elas pensavam de mim. Tive a oportunidade de ver as coisas de uma forma diferente porque eu confiava muito no que eu via nas pessoas, e nem sempre o que eu via era verdadeiro. (Entrevistada nº 10).

Mesmo que tinha um trabalho na comunidade, mas a Mulheres da Paz veio para somar, fortalecer o que a gente não sabia um pouco: mais informação, mais informado do direito da própria comunidade. (Entrevistada nº 12).

Eu conheci mais as coisas que tem em Santa Luzia. O curso foi muito bom. Eu gosto desse tipo de trabalho e foi uma forma de fortalecer mais. (Entrevistada nº 37).

No nível social ou grupal é possível perceber que o projeto favoreceu a manutenção

de uma identidade social – a de Mulher da Paz, gerando confiança e reconhecimento do trabalho entre as próprias mulheres e dentro das comunidades.

Eu já era envolvida, mas eu passei a participar ainda mais, passei a ser convidada mais ainda. As pessoas passaram a me procurar à medida que sabiam que eu era do projeto. (Entrevistada nº 13).

É uma autonomia muito grande com as polícias, o governo. Hoje eu tenho cadastro da ação social no Risoleta Neves, porque o projeto tem muito respeito. (Entrevistada nº 29).

Hoje eu tenho um nome para entrar na casa das famílias. (Entrevistada nº 31).

Ao mesmo tempo, as mulheres encontravam no grupo o apoio emocional, material e informacional, bem como, o suporte necessário para a mediação dos contatos sociais, o que era feito pela equipe multiprofissional do projeto. Esse reconhecimento do empoderamento grupal foi destacado até mesmo por aquelas mulheres que de alguma forma já estavam envolvidas em ações sociais em suas comunidades.

Eu sempre me preocupei com as pessoas, mas tendo informação e pessoas direcionando a gente, tem um compromisso mais concreto. (Entrevistada nº 12).

Quanto ao nível político de empoderamento, é possível verificar que o projeto foi capaz de desenvolver nas mulheres a percepção acerca do seu papel como cidadãs e agentes de transformação dentro das suas comunidades, e a consciência de que, muito além de perseguir objetivos pessoais, toda a comunidade poderia ser beneficiada por um trabalho conjunto.

Antigamente eu não ligava pelo próximo, e com o curso de capacitação eu aprendi a aproximar mais das pessoas, aprendi que eu preciso ajudar, não ser egoísta. (Entrevistada nº 05).

Eu fico preocupada, quando eu vejo uma coisa assim, pessoas fazendo coisas erradas, me dá aquela vontade de arrumar aquilo. Se tivesse jeito, eu poderia dar um jeito. (Entrevistada nº 14).

Eu sempre mexi com pessoas dentro de projetos. Mudou, assim, o poder de ajudar as pessoas, sentir bem, saber que a gente pode estar auxiliando as pessoas, ta encaminhando, fazendo a nossa parte como cidadão. (Entrevistada nº 15).

Entretanto, algumas mulheres ressaltaram as dificuldades que se impuseram àquela

época no acesso aos recursos, e à possibilidade de utilizá-los para responder às demandas captadas das famílias.

É preciso agir mais rápido em favor dessas famílias, ter uma resposta pra elas também daquilo que elas estão precisando de ajuda. (Entrevistada nº 17).

Eu sinto uma falta assim, da prefeitura investir. Eu vejo que é um projeto bom e as pessoas esperam muito do projeto, igual a gente espera, mas falta interesse da prefeitura de investir mais. (Entrevistada nº 37).

Ao meu ponto de vista foi bom. Melhorar é sempre bom, a gente melhorar em alguma coisa, mas, assim, eu acho que o que tava no nosso alcance nós fizemos. Se deixou a desejar foi por falta de mais oportunidade. Eu acho que nós fizemos, eu me sinto que fizemos aquilo que estava no nosso alcance. (Entrevistada nº 11).

O conjunto das falas demonstra que o projeto, durante a sua vigência, conseguiu atingir parcialmente seu objetivo de empoderar as mulheres. Ao trabalhar com a perspectiva de autonomia do indivíduo, não apenas disseminou entre as mulheres saberes instrumentais essenciais, mas capacitou-as para o exercício da cidadania. A organização dessas mulheres em um grupo criou uma via de acesso a recursos e ativos, que, em tese, possibilitariam o efetivo aproveitamento de espaços, direitos e capacidades.

Entretanto, o projeto não foi capaz de ativar a capacidade de controle sobre esses recursos. As mulheres não se percebiam inseridas nos espaços institucionais, e suas atuações eram mediadas pela equipe do projeto. Apesar de se tratar de uma iniciativa do poder executivo municipal, em parceria com a instância federal de governo, as mulheres foram mantidas distantes da instância política e pouco ou nada participaram das decisões estratégicas com influência no cotidiano das comunidades com as quais trabalhavam.

6.2 Identificação das trajetórias de mobilização

Transcorridos quatro anos desde o término das atividades do Projeto Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG, buscou-se nesse momento, como segundo objetivo específico, identificar a trajetória de mobilização social das mulheres após o encerramento das atividades do projeto. Às 22 mulheres entrevistadas foram

dirigidos os seguintes questionamentos:

- 1) Desde o encerramento das atividades do projeto, você deu continuidade ao que fazia no projeto, com relação a ajudar as pessoas da sua comunidade, ou você se envolveu com algum outro projeto comunitário?

Caso a resposta fosse negativa

- 2.1) Por que você não continuou? Quais as dificuldades que você enfrenta hoje para continuar com esse trabalho?
- 2.2) O que você acredita que seria necessário para que você continuasse a realizar esse trabalho?

Caso a resposta fosse positiva:

- 2.3) Como você consegue fazer isso sem o apoio da equipe do projeto? Quais as dificuldades que você enfrenta hoje para continuar com esse trabalho?

O fim do projeto implicou, fundamentalmente, na suspensão do pagamento da ajuda de custo e no término dos trabalhos da equipe de apoio. O primeiro aspecto ganha relevância à medida que, conforme pontuado por Horochovski e Meirelles (2007), a barreira mais evidente ao processo de empoderamento é a insegurança econômica, que impõe aos indivíduos a luta pela sobrevivência, sobrando pouca energia para ações de outro tipo. Durante as entrevistas, não obstante as moradias em localidades carentes do município, não se evidenciou nenhuma mulher em condição de extrema pobreza.

Dentre as 22 mulheres entrevistadas para este estudo, 12 relataram não mais estarem envolvidas com atividades na comunidade. Destas, nenhuma possuía uma trajetória de envolvimento em ações sociais anteriores ao Projeto Mulheres da Paz. As justificativas para o não engajamento foram: a necessidade de se dedicar à família (3), a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para o sustento familiar (1), limitações físicas decorrentes de problemas de saúde (1), e, de maneira mais recorrente, a falta de apoio do poder público e/ou a ausência de um grupo para fornecer o suporte e a orientação necessários (7), conforme demonstrado nos extratos abaixo.

No projeto a gente fazia era assim, de duas a duas, de três em três (...). Eu vejo alguma dificuldade (...) aí eu fico lembrando do Mulheres da Paz, mas a gente sozinha, a gente não consegue, não tem assim, não sei se é entusiasmo, disponibilidade. Eu não tenho coragem de chegar sozinha numa pessoa e abordar e falar alguma coisa. (Entrevista nº 35).

A gente ficou meio sem saber para onde ir. Quando o projeto começou tinha muita porta aberta, tipo, se a família te procurasse, a gente podia pegar a família, enviar a família pra um curso. Tinha o EJA, tinha um outro, tinha várias coisas, simplesmente com o tempo foram fechando umas aqui, fechando umas ali, tipo, foram parando também. (...) Os vereadores, antigamente, colocavam várias opções pra gente. Hoje em dia não tem nada. (Entrevistada nº 11).

Sei lá, por conta minha eu tinha ido em frente, mas acabou o projeto. Eu não ia fazer isso sozinha, eu queria acompanhar alguém ou alguém que me acompanhasse. (Entrevistada nº 14).

Não consegui porque pela prefeitura, eles não tava ajudando mais ninguém (...). A gente não tinha apoio de ninguém lá, aí tava difícil. (Entrevistada nº 28).

Quando questionadas sobre o que seria necessário para que continuassem com o trabalho junto à comunidade, as mulheres evidenciaram a falta do apoio emocional, material e informacional que antes encontravam no grupo formado pelo projeto:

(Precisaria), tipo, um coordenador, uma pessoa que a gente chegasse e falasse que tá acontecendo isso e isso, a pessoa ia te explicar: “Não, vamos lá que eu vou com você”. (Entrevista nº 28).

Tem que ter uma coordenação acompanhando para dar ideias, reunir de vez em quando. Não continuou um grupo. Se pelo menos entre nós reunisse uma vez por semana, mas ninguém encontrou mais nada. (Entrevista nº 35).

Para tentar compreender de que maneira a ausência de um grupo se coloca como empecilho para esse grupo de mulheres, é necessário reconhecer, conforme ressaltado por Kleba e Wendausen (2009), que o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente. Segundo as autoras, ele “implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento”. Com isso, após o encerramento das atividades do projeto, fora de um grupo, as mulheres não se sentiram mais capazes de materializarem as potencialidades adquiridas com o projeto.

Nesse ponto faz-se necessário ressaltar ainda, que nas localidades estudadas, associações comunitárias não existem ou, quando existentes, são pouco estruturadas e, portanto, não servem como locais de referência para mulheres que desejam se engajar na luta por direitos e benfeitorias para as comunidades.

Juntar-se a um grupo, por outro lado, foi o caminho buscado pela maioria das mulheres que relataram ter dado continuidade a um trabalho com a comunidade. Ao todo, 10 mulheres relataram estarem envolvidas em atividades na comunidade.

Do total, apenas 02 mulheres relataram terem dado continuidade, por si próprias, ao trabalho junto às famílias do bairro, limitando-se, porém, a pessoas conhecidas ou indicadas por conhecidos. Além disso, apesar da disposição em continuar a prestar apoio às famílias, essas mulheres demonstraram em suas falas certo receio com o trabalho:

Eu não encontro dificuldade de tá ajudando eles não, a gente só fica assim, com medo de eles “entender” por outro lado da ajuda que a gente tá oferecendo. Que a gente oferece a palavra pra eles, o como encaminhar pra eles, mas dificuldade... A gente tem é medo de se envolver muito e eles revidarem em cima da nossa família. (Entrevistada nº 03).

Sou ainda procurada por milhares de pessoas, pra tá direcionando pra várias coisas da área social, porém, a gente tem que ter um certo zelo, porque a gente tem que ter um apoio. Você tem que tá representando uma entidade. Hoje, até para ajudar você tem que ter um apoio: “eu tô pelo projeto tal, que eu tô direcionando”. Porque a lei hoje cobra muito, às vezes, se você fizer por conta própria, fica sem base, e responde. (Entrevistada nº 29).

Entre os grupos escolhidos pelas mulheres para seguirem na trajetória de mobilização social, estão os grupos ligados à Igreja (3), organizações do terceiro setor (3) e conselhos municipais (2). Entretanto, em todos os casos, o foco das iniciativas não é o mesmo trabalhado no Projeto Mulheres da Paz.

Há de se ressaltar, ainda, que dentro desse grupo, 03 mulheres já possuíam um histórico de envolvimento em trabalhos sociais, os quais tinham como foco: adolescentes infratores, geração de renda para mulheres e orientação em assuntos ligados à previdência social.

Quando questionadas a respeito das dificuldades enfrentadas para continuar um trabalho social junto à comunidade, todas as mulheres ressaltaram a deficiência do aparato social no município e/ou a falta de apoio às iniciativas. Ao serem questionadas sobre o que seria necessário para que continuasse o trabalho social, o apoio dos órgãos públicos foi novamente destacado:

A gente tem dificuldade com equipamento básico, os serviços mesmo, que não tem no município (...) eu acredito que a gente precisaria de um aparato no setor social que aqui em Santa Luzia não funciona. (Entrevistada nº 10).

A prefeitura nunca visitou o Mulheres Criativas. (...) então a gente não tem apoio. Se não é a comunidade ou as próprias voluntárias, uma apoia a outra, o próprio grupo. É um trabalho muito bacana o nosso trabalho, mas não temos esse apoio. A gente podia ter um espaço, a gente tá numa salinha. (...) se nós tivéssemos o apoio de algum órgão, a gente crescia mais. (Entrevistada nº 12).

Primeiro a gente teria que ter um apoio até mesmo, sei lá, do prefeito, do governo, pra poder tá ajudando. E, também, assim, a gente teria que ter um centro pra poder tá, como que eu posso te dizer, tendo uma referência, onde buscar esse apoio, essa ajuda, pra a gente ter o lugar certo pra a gente encaminhar mesmo as pessoas. Não só tá ali. Chegar em uma família e tá ali um adolescente com problema, e a gente falar que a gente vai tentar ajudar, mas a gente poder virar e falar: “Não, nós vamos ajudar”. (Entrevistada nº 04).

Esse trabalho do Mulheres da Paz, se a gente tivesse apoio seria um trabalho muito bom, que ia tirar muitas crianças, muitos jovens da rua, ia dar uma ocupação pra elas. Mas sem um apoio do prefeito, do CRAS, não tem como a gente... Porque eles ficam cobrando da gente uma coisa que a gente não pode ajudar. (Entrevistada nº 39).

Assim, mesmo entre aquelas mulheres que conseguiram persistir em uma trajetória de mobilização social, os aspectos estruturais e políticos se impuseram como obstáculos para a efetividade das suas iniciativas. Esse fator já havia sido identificado durante a vigência do projeto; entretanto, àquela época, a relação com a instância pública do poder era intermediada pela equipe do projeto. Com o fim do projeto, a relação mostrou-se mais distante e difícil de ser estabelecida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se verificar os reflexos do empoderamento na trajetória de mobilização social das mulheres participantes do Projeto Mulheres da Paz, no Município de Santa Luzia/MG, entre os anos de 2010 e 2011. Não obstante os entraves verificados por estudos anteriores sobre a implementação e execução das atividades do projeto (SILVEIRA *et al*, 2014; SANTOS E SILVEIRA, 2015), buscou-se de maneira mais precisa analisar de que maneira a capacitação e a experiência adquiridas impeliram as mulheres, uma vez empoderadas, a ampliar seu espaço de atuação junto as comunidades.

Os dados extraídos das entrevistas realizadas em 2010, com um grupo de 42 mulheres, participantes ativas das atividades no município, demonstraram a capacidade do projeto em estimular o empoderamento pessoal das mulheres, promovendo uma mudança de mentalidade, com tendência ao engajamento em ações sociais. Os dados também propiciaram conclusões acerca do empoderamento grupal obtido durante a vigência do projeto, a partir da organização das atividades sustentadas pela atuação de uma equipe multiprofissional.

Dentro da concepção de Melucci (1998), acerca das teorias da ação coletiva, é possível perceber que as estratégias de empoderamento conduziram as MP a agirem não por propósitos pessoais ou em razão de condições estruturais, já que estas, particularmente, não se colocavam inteiramente favoráveis durante o processo; mas em razão da identificação de um papel dentro da estrutura de relações da comunidade, onde elas reconheciam o próximo, enquanto pessoas que necessitavam de apoio, e se reconheciam, enquanto pessoas capazes de promoverem mudanças.

Passados quatro anos desde o encerramento das atividades no projeto, algumas dificuldades se impuseram à configuração de trajetórias de mobilização social entre as MP. Para tentar compreender as dificuldades impostas às mulheres, faz-se necessário retomar o posicionamento de Kleba e Wendausen (2009, p. 741), acerca da interdependência dos níveis de empoderamento.

Percebemos que os níveis de empoderamento são interdependentes, à medida que o indivíduo sofre e exerce influência sobre seu entorno, dependendo de condições objetivas e subjetivas para agir, reagir e interagir. O poder e, através dele, a resistência só existem e se efetivam nas relações sociais que, por sua vez, ocorrem mediadas por estruturas e instituições socialmente construídas e legitimadas. (KLEBA E WENDAUSEN, 2009, p. 741).

Os dados obtidos a partir das entrevistas, realizadas especificamente para este estudo, demonstram o declínio no empoderamento grupal e político das MP, com tendência, em alguns casos, a afetar até mesmo o nível de empoderamento pessoal conquistado. Isso se explica, conforme Kleba e Wendausen (2009), porque quando o contexto não acompanha o crescimento vivenciado pelo sujeito, o empoderamento pessoal fica restrito, pois reprimisse os potenciais e imprimisse limites à criatividade e inovação do indivíduo.

As teorias da ação coletiva, particularmente a Teoria do Processo Político, deixa claro que a ação coletiva está inserida dentro de uma conjuntura de oportunidades e constrangimentos, que, conforme Alonso (2009), delimita as possibilidades de escolha dos agentes. Soma-se a isso, a perspectiva da Teoria da Mobilização de Recursos, de que relações ou organizações já existentes facilitam o engajamento (ALONSO, 2009).

Ao propor o tema do Capital Social enquanto via para a eficácia de ações coletivas, Coleman (1998) ressaltou a importância da sociabilidade dentro de um grupo, com vistas a se criar condições que facilitam as ações dos atores dentro das estruturas sociais. Contudo, Prates, Carvalhais e Silva (2007), ressaltaram a importância de redes sociais que, além de gerarem obrigações, expectativas e confiabilidades, agregam também informações e benefícios. Ou seja, um entorno político-institucional que permita aos atores sociais mobilizarem os recursos necessários para o atendimento das demandas, sendo este fator determinante para a eficácia das ações.

Conquanto, na prática, as mulheres, mesmo aquelas que seguiram uma trajetória de mobilização social a partir da inserção em outros grupos ou mesmo de maneira independente, percebem seu atual contexto enquanto um ambiente dotado de mais constrangimentos do que oportunidades, marcado pela ausência de redes de

relacionamento capazes de sustentar suas iniciativas comunitárias.

Com isso concluímos que a hipótese testada por este estudo é parcialmente válida. Foram verificados avanços nas condições psicossociais das mulheres, conquistados pelas iniciativas de empoderamento, ou seja; os esforços empreendidos pelo Projeto Mulheres da Paz, no Município de Santa Luzia/MG, foram suficientes para orientar uma parcela das mulheres entrevistadas a uma trajetória de mobilização social. Contudo, os entraves materiais e políticos decorrentes principalmente da fragilidade das estruturas de proteção social do município e, a falta de apoio institucional, além de terem se colocado como obstáculo para uma parcela das entrevistadas, tem dificultado também a atuação daquelas mulheres que prosseguiram com uma trajetória de mobilização social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. Ação Coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ARAUJO, Marta do Socorro Sousa de. Solidariedade Social: as ponderações de Émile Durkheim. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 51-70, jul./dez. 2005.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção e capital social: que saberes são necessários? In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. p. 141-158.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. cap. 3, p. 67-69.

BRASIL. Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2007. Seção 1. p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/10/2007&jornal=1&pagina=1>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.490/2008 de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 80-D e 80-E da Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e revoga o Decreto no 6.390, de 8 de março de 2008. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2008. Seção 1. p. 6. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/06/2008&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=136>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 1-15, jul. 2004.

CAZELOTO, Edilson. A virtualização das comunidades: apontamentos para uma crítica dos vínculos sociais no capitalismo contemporâneo. In: CAZELOTO, Edilson; CHIACHIRI, Antônio Roberto; MENEZES, José Eugênio (Org.). **Comunicação, tecnologia e cidadania**. São Paulo: Plêiade, 2013. v. 1, p. 39-53.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A construção de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Estudos de Conflito e**

Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.11-49, abr./mai./jun. 2009.

COLEMAN, James Samuel. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 94, p. S95-S120, 1988.

CRUZ, Wilson José Antônio da. **Os “entraves” para o surgimento da eficácia coletiva**: um estudo de casos em aglomerado de Belo Horizonte. 2010. 189 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A dimensão tangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital Social**: teoria e prática. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. p. 88-109.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**: an introduction. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1999. 264 p.

DIAS JUNIOR, Claudio Santiago. **Capital social e violência**: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte. 2001, 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132. 1996.

FERRAREZI, Elisabete. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 54, n. 4, p. 7-22, out./dez. 2003.

FLOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995. 145 p.

FRIEDMANN, John. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras. 1996. 197 p.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; et al. Protejo e Mulheres da Paz: experiência de ação preventiva na segurança pública. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas (Org.). **Avaliação, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p. 151-184. (Coleção Pensando a Segurança Pública, 4).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2007. 385 p.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, Joyce Gesuilo. **A construção científica**: conteúdo e contexto da investigação sobre capital social na Pesquisa da Região Metropolitana de Belo

Horizonte. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2013.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais, 30, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais, 2006. p. 1-29.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, 25 a 27 de abril de 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485-506.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LALLEMENT, Michel. (a) **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 326 p.

_____. (b) **História das ideias sociológicas**: de Parsons aos contemporâneos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 341 p.

LEME, Alessandro André. A sociologia de Max Weber e Émile Durkheim: questões preliminares acerca dos métodos. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 18, n. 9/10, p. 725-744, set./out. 2008.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 40, p. 295-305, dez. 2010.

MAIA, Rousiley. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MELUCCI, Alberto. Liberation or Meaning? Social Movements, Culture and Democracy. **Development and Change**, Londres, v. 23, n. 3. p. 43-77, 1992.

_____. **Challenging Codes**: collective action in the information age. Cambridge: University Press. 1996. 441 p.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989

MELO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 4, dez. 2011.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de; REGIS, Helder Pontes; BELLEN, Hans Michael Van. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 136-164, mar. 2015.

MENEZES, Divino Barcelos; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; CARNIELLO, Mônica Franchi. Capital Social: uma ferramenta para implementação de planejamento de desenvolvimento regional. In: Congresso Internacional de Cooperação Universidade-Indústria, 4, 2012, Taubaté. **Anais...** Taubaté: Universidade de Taubaté, 2012.

MORAES, Lúcio Flávio Renault; MAESTRO FILHO, Antônio Del; DIAS, Devanir Vieira. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-71, abr./jun. 2003.

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. p. 123-140.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-14. 2005.

PERKINS, Daniel Douglas; ZIMMERMAN, Marc. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, p. 569-79, oct. 1995.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos Sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 2, p.156-177, nov. 2007.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

_____. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do "nós". **Psicologia Política**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2000.

PRATES, Antônio; CARVALHAIS, Flávio; SILVA, Bráulio Figueiredo. Capital social e redes sociais: conceitos redundantes ou complementares? In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, p. 47-60, 2007.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 260 p.

PUTNAM, Robert; GOSS, Kristin A. Introducción. In.: PUTNAM, Robert. **El declive del capital social: um estudo internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario**. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2003. p. 7-34.

RINGER, Fritz. **Max Weber: an intellectual biography**. Chicago: University of Chicago Press, 2010. 264 p.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014.

SANTOS, Simone Maria; SILVEIRA, Andreia Maria. Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 99-118, jan./abr. 2015.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v.17, n. 1. 2015.

SILVEIRA, Andreia Maria; *et al.* Projetos Protejo e Mulheres da Paz: a percepção dos participantes em Minas Gerais e Rio de Janeiro. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas (Org.). **Avaliação, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p. 123-149. (Coleção Pensando a Segurança Pública, 4).

SILVEIRA, Angelita Fialho. **Capital social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre**. 2005. 113 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da nova cidadania: o programa Mulheres da Paz. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 2, p. 147-164, 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, jul./ago. 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Brasília: UNB, 2000. 464 p.